

“Quando éramos mais pobres, pagávamos mais impostos”

Pedro Nogueira Ramos Contra o que diz ser o mau uso que se dá muitas vezes às estatísticas, este especialista faz leituras surpreendentes de alguns dos principais números da economia portuguesa

Entrevista
Sérgio Anibal Texto
Miguel Manso Fotografia

Pedro Nogueira Ramos é professor na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e tem uma experiência de mais de uma década no INE, onde foi director das Contas Nacionais. No seu livro *Torturem os Números Que Eles Confessam*, contraria algumas das leituras habituais das estatísticas em questões como a evolução demográfica, a carga fiscal ou a competitividade.

Acha que em Portugal há uma tentativa de ler as estatísticas de uma forma que conduza à aplicação de determinadas políticas e decisões?

Claro que podem existir casos de manipulações intencionais. Mas eu creio que o nosso principal problema é que às vezes algumas leituras dos números se entranham e se acabam por tornar quase consensuais. Há pessoas que lêem mal os números porque não sabem ler de outra maneira e porque se criou o hábito de ler de uma determinada forma e não se perdeu o tempo a reflectir mais. E há políticas que são fundamentadas em números que, do meu ponto de vista, não têm uma leitura unívoca. Isso é claro. **Em que áreas é que sente que isso acontece?**

Por exemplo, na questão do envelhecimento da sociedade e da Segurança Social. É dado como adquirido que as sociedades vão envelhecer e que isso necessariamente cria um problema à economia. E eu penso que os números mostram que isso não é necessariamente assim.

A sociedade pode não vir a envelhecer?

A sociedade vai envelhecer. A questão é que quem trabalha não paga só o sustento de quem é idoso. Paga o sustento de todos os que não trabalham. E, apesar de aumentar o número de idosos, vai diminuir o número de jovens

que não trabalham e vai diminuir o número de outros não activos em idade activa, pelo menos em comparação com o que acontecia há 20 anos. De facto, na minha leitura, o rácio entre os que pagam e aqueles que é preciso pagar não vai ser tão desproporcional como se julga que vai ser.

Que tipo de evolução é que teremos então?

A percentagem da população que está em idade activa não vai diminuir assim tanto. Por exemplo, para 2030 só vai diminuir três pontos, de 56% para 53%. Isto são as previsões quase consensuais do INE e da ONU. Para 2060, a redução já será mais acentuada, mas de qualquer maneira para valores iguais aos que existiam em 1950. A população não activa não vai pesar assim tanto porque vamos ter mais idosos mas menos pessoas novas não activas. E uma coisa compensa a outra. A grande diferença é que, no caso dos idosos, a despesa dos activos é feita por intermédio do Estado, enquanto com os jovens a despesa é directa. Agora, uma taxa de crescimento da produtividade de 0,5% ao ano é suficiente para compensar esta evolução demográfica. E 0,5% ao ano, para se ter uma ideia, é metade da média registada em Portugal desde 2000 até agora, um período que toda a gente identifica como sendo de crescimento muito fraco. Portanto, dificilmente se pode considerar um crescimento da produtividade de 0,5% como sendo inalcançável.

Está a defender, portanto, que aqueles que falam na necessidade de realização de reformas na Segurança Social para garantir a sustentabilidade do sistema o fazem com base em pressupostos errados?

O problema da maior parte dessas análises é que são micro: olham só para o sistema de Segurança Social isoladamente. Ou seja, olham só para o aumento do número de idosos. E o que eu digo é que, à escala da economia global, não



se deve olhar só para os idosos, tem de se olhar para todos os não activos.

Mas para as finanças públicas, há um impacto...

O impacto orçamental existirá. Mas o que poderá querer dizer é que famílias mais pequenas, sem filhos, terão de pagar relativamente mais impostos. É legítimo que seja assim porque terão rendimentos *per capita* mais elevados e porque não deixam descendentes para pagar a Segurança Social da geração seguinte.

Outros temas que justificam muitas medidas políticas são a produtividade e a competitividade. Estes indicadores estão a ser lidos de forma correcta?

É preciso perceber exactamente o

que significa produtividade. Uma das medidas recentes foi a redução do número de feriados. Essa medida, provavelmente, diminuirá a produtividade, não a aumentará, porque a produtividade é a eficácia com que as pessoas produzem. Mas ainda assim poderá aumentar a produção, embora que de forma reduzida. Agora não tenho qualquer dúvida de que o problema da economia portuguesa é sobretudo de baixa produtividade. Já no que respeita à palavra competitividade, tenho mais dúvidas. Em primeiro lugar, não é um tema que tenha nascido na teoria económica, nasceu nas empresas. E foi importado para a teoria económica nos anos 90, com alguma contestação. Paul Krugman, por exemplo, escreveu


um livro só para dizer que não fazia sentido falar sobre competitividade para o total de uma economia.

Acredita que as reformas no mercado de trabalho podem aumentar a produtividade e a competitividade?

As reformas no mercado de trabalho, se algum efeito puderem ter, é gerar mais emprego. Mas gerar mais emprego pode significar trazer para a economia elementos menos produtivos da população, o que pode significar um efeito negativo ao nível da produtividade e da competitividade.

No seu livro, defende que pagamos menos impostos hoje do que nos anos 80. Pode explicar isso?

É verdade que o peso dos impostos no PIB aumentou, não há qualquer



“A população não activa não vai pesar assim tanto porque vamos ter mais idosos mas menos pessoas novas não activas. E uma coisa compensa a outra”

dúvida. Só que o peso dos impostos no PIB pode aumentar por duas razões: ou porque pagamos mais impostos ou porque ganhamos mais. Se o rendimento médio dos portugueses aumentar, pagarão mais impostos. Claro que o PIB também aumenta, mas como o sistema fiscal é progressivo, se o PIB *per capita* aumentar, isso aumenta o peso dos impostos no PIB. Portanto, o peso dos impostos no PIB pode aumentar sem que haja um agravamento das taxas dos impostos.

A ideia de que houve nas últimas décadas um desagravamento fiscal é difícil de vender aos portugueses...

No caso do IRC, é completamente pacífico que houve uma diminuição. Agora aplicam-se taxas

de 12,5%, mas foi criado com a taxa de 36% e ainda a possibilidade de aplicação de derramas, que agora são raras. No caso do IRS, é um caso mais curioso mas, segundo as contas que fiz, uma família com o mesmo rendimento em valor real em 1989 – o ano em que nasceu o IRS – e em 2012, pagaria mais impostos em 1989 do que em 2012. Claro que, em 1989, se calhar essa família era considerada muito rica e agora é só considerada remediada, porque nós alterámos o nosso padrão de avaliação e de exigência que temos em relação ao nosso próprio rendimento.

E o IVA? Tem havido subidas consecutivas de taxas...

Quando foi criado, a taxa máxima era de 16% e agora é de 23%. Mas a taxa mínima era de 8% e agora é 6%. E o peso do IVA também não aumentou tanto porque os rendimentos também são muito mais elevados. Claro que se for comparar a situação actual com 2009, aí houve um aumento forte dos impostos, não há dúvida. Mas olhando mais atrás, isso não acontece. Juntando IRS, IVA e IRC, estamos a pagar menos impostos que em 1989, o que contraria a ideia de que seria inoportuno qualquer aumento de impostos. Não tenho qualquer gosto em pagar impostos mas daí a dizer que é inoportuno... E a verdade é que quando éramos mais pobres, pagávamos mais impostos.

O corte de 4000 milhões de euros que o Governo está a discutir com a *troika* parte do princípio que mais aumentos de impostos são inoportunos e que portanto a única opção é cortar na despesa. Concorda?

Não há qualquer razão do ponto de vista técnico para que o défice tenha de ser corrigido ou do lado da receita ou do lado da despesa. A ideia de que possa ser mais gravoso para a economia aumentar os impostos do que cortar a despesa é errada. E a grande maioria dos recursos que o Estado gasta não os gasta nele próprio. O que o Estado faz é redistribuir, é pagar aos reformados, por exemplo. O peso da burocracia apenas corresponde a cerca de 10% da despesa do Estado, tirando os juros. Isto de acordo com a classificação da despesa do Estado por funções. A despesa em serviços gerais da Administração Pública, que inclui juros, corresponde a 15% do total da despesa.